

# Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão

## Base de referência 2010

Período de 2010 a 2013



### IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE  
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS  
E CARTOGRÁFICOS

# **PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DO MARANHÃO**

---

Período 2010 a 2013

**GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO**

Flávio Dino de Castro e Costa

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

**INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E  
CARTOGRÁFICOS**

PRESIDENTE (Em Exercício)

Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Carlos Frederico Lago Burnett

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E GEOPROCESSAMENTO

Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO FIINANCEIRO

André Luiz Lustosa de Oliveira

COORDENAÇÃO

Dionatan Silva Carvalho

ELABORAÇÃO

Dionatan Silva Carvalho

Rafael Thalysson Costa Silva

Sadick Nahuz Neto

REVISÃO / DIAGRAMAÇÃO

Camila Carneiro

Yvens Goulart

Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período  
2010 a 2013 / Instituto Maranhense de Estudos  
Socioeconômicos e Cartográficos. V.1 (2005) – . São Luís:  
IMESC, 2015 – .

Anual

Anterior a 2007, editado pela Superintendência de Estudos e  
Pesquisas Econômicas e Sociais da SEPLAN.

1. Produto Interno Bruto – Maranhão. I. Instituto Maranhense  
de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

CDU 330.55 (812.1)

## APRESENTAÇÃO

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, autarquia da Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão, por meio da sua Diretoria de Estudos e Pesquisas - DEPE, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto – PIB do Maranhão, para os anos de 2010 a 2013.

Os dados divulgados nesta publicação substituem e atualizam as estimativas realizadas para os anos de 2010, 2011 e 2012 na base de referência 2002. O ano de 2010 passa a ser a nova base de referência para o Sistema de Contas Nacionais, Contas Regionais e PIB dos municípios, cujos procedimentos metodológicos adotados estão em conformidade com o Manual Internacional de Contas Nacionais - SNA de 2008 organizado pela Organização das Nações Unidas - ONU, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e Banco Mundial, antes SNA de 1993.

O IMESC é o órgão responsável pela execução do Convênio entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Governo do Estado do Maranhão para o cálculo do Produto Interno Bruto do Maranhão, por isso os dados divulgados seguem a metodologia de responsabilidade do IBGE, uniforme para todas as unidades da federação e integrada com a série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Por meio desta publicação o IMESC dá continuidade à sua missão institucional direcionada à produção e divulgação de dados estatísticos e de indicadores socioeconômicos com a finalidade de subsidiar e orientar as ações do planejamento estadual, bem como à elaboração de estudos e pesquisas sobre a realidade do Estado.

**Felipe Macedo de Holanda**  
Presidente do Instituto Maranhense de Estudos  
Socioeconômicos e Cartográficos

## LISTA DE TABELA

Tabela 1: Produto Interno Bruto a preços correntes, do Brasil, Nordeste e Maranhão – Ano 2010 a 2013 .....	11
Tabela 2: População residente do Brasil, Nordeste e Maranhão – Ano 2010 a 2013 .....	15
Tabela 3: Valor Adicionado Bruto do setor da agropecuária no Maranhão – Ano 2010 a 2013 .....	17
Tabela 4: Valor Adicionado Bruto do setor da Indústria no Maranhão – Ano 2010 a 2013 .....	20
Tabela 5: Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços no Maranhão – Ano 2010 a 2013 .....	25

### **ANEXO A - Tabelas de Resultados – IBGE**

Tabela 6: Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2013 .....	36
Tabela 7: Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil – Ano 2010 a 2013.....	37
Tabela 8: Posição relativa, participação e variação real anual do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil, das Grandes Regiões e das Unidades da  per capita brasileiro e das Unidades da Federação – Ano 2010 a 2013 .....	39
Tabela10: Participação das Atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto – Brasil – 2013.....	40

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB do Maranhão a preço de mercado corrente (em milhões R\$) – Ano 2010 a 2013 .....	11
Gráfico 2: Variação real anual do PIB do Brasil e das Unidades da Federação no ano de 2013 e Variação real acumulada do PIB dos anos 2010 a 2013.....	12
Gráfico 3: Produto Interno Bruto (em R\$ milhões) das Unidades da Federação (UF), participação das UF no PIB do Brasil e PIB per capita (R\$) do Brasil e das Unidades da Federação – 2013 .....	14
Gráfico 4: Participação das Atividades no Valor Adicionado Bruto do Maranhão – Ano 2010 a 2013 .....	15
Gráfico 5: Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da agropecuária – 2013.....	16
Gráfico 6: Peso das atividades no total do Valor Adicionado da Agropecuária no Maranhão – Ano 2012 e 2013.....	17
Gráfico 7: Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da indústria – 2013.....	19
Gráfico 8: Peso das atividades no total do VA da Indústria no Maranhão – Ano 2012 e 2013 .....	20
Gráfico 9: Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da indústria – 2013.....	23
Gráfico 10: Peso das atividades no total do VA de Serviços no Maranhão – Ano 2012 e 2013 .....	24

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	SÍNTESE DA ECONOMIA MARANHENSE EM 2013.....	9
3	PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB.....	11
3.1	Agropecuária .....	16
3.2	Indústria.....	19
3.3	Serviços.....	23
	NOTA METODOLÓGICA DAS CONTAS REGIONAIS – REFERÊNCIA 2010.....	28
	REFERÊNCIAS.....	33
	GLOSSÁRIO - IBGE .....	34
	ANEXO A - Tabelas de Resultados – IBGE.....	36

# PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DO MARANHÃO PERÍODO 2010 a 2013

## 1 INTRODUÇÃO

O IMESC apresenta, nesta publicação, os resultados definitivos do Produto Interno Bruto (PIB) dos anos 2010, 2011, 2012 e 2013, na base de referência 2010.

Esclarece-se que os valores divulgados anteriormente, referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012, não se tratavam de resultados definitivos, posto que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em virtude da realização dos trabalhos de construção da nova base de referência do PIB, em conformidade com o manual internacional SNA-2008, não fez Contas Nacionais nesse período. Deste modo, os valores das Contas Regionais referentes aos anos 2011 e 2012 divulgados com ano base de referência 2002, estavam ajustados às estimativas do PIB Trimestral do país, portanto, eram estimativas do PIB dos Estados.

Vale destacar ainda que, para as estimativas do PIB dos anos de 2010, 2011 e 2012 na base de referência do ano de 2002, houve diminuição do nível de detalhamento apresentado, de 17 atividades econômicas para 12 atividades, em razão da disponibilidade de informações do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, cujo objetivo é fornecer um resultado conjuntural, dada a indisponibilidade de informações estruturais para divulgação, já que estas só se tornam disponíveis a partir do encerramento do ano analisado.

Nesta publicação está sendo divulgado o resultado do PIB de 2013 com referência em 2010 e reapresentados os resultados de 2010, 2011 e 2012 de forma definitiva, com detalhamento de 18 atividades econômicas. Os resultados das Contas Regionais, assim como na base de referência 2002, são totalmente integrados ao resultado final do Sistema de Contas Nacionais.

## 2 SÍNTESE DA ECONOMIA MARANHENSE EM 2013

A economia maranhense em 2013, com crescimento real (4,8%), obteve desempenho econômico maior que o nacional (3,0%). Dentre as 27 Unidades da Federação, o Maranhão obteve a 7ª posição entre os Estados com maior crescimento no país.

O desempenho da economia maranhense foi resultado do crescimento real nos setores da agropecuária (5,4%), da indústria (8,9%) e de serviços (3,4%), não obstante a tendência decrescente de preço das cotações internacionais iniciada em 2011, que impactou, principalmente, o setor agrícola e industrial do Estado. Somente no terceiro trimestre de 2013, a tendência de queda no preço das *commodities* foi interrompida pelos aumentos nos preços dos grãos, em função da estiagem ocorrida nos EUA, e das *commodities* metálicas, em consequência do pacote de investimentos da China.

No total, as exportações do Maranhão atingiram o valor de US\$ 2,342 bilhões de dólares FOB em 2013, o que representa uma variação nominal de -22,6% em relação ao valor exportado no ano anterior.

As principais reduções, considerando a quantidade exportada, foram em: Minérios de Ferro Aglomerados e seus Concentrados, saindo de 1,237 milhões de toneladas em 2012 para 1,137 milhões em 2013; Alumínio não Ligado em Forma Bruta, saindo de 70.647 t em 2012 para 46.071 t em 2013; Milho em Grão, saindo de 158.830 t em 2012 para 58.929 t em 2013; e Soja em Grão, saindo de 1,347 milhões t em 2012 para 1,319 milhões t em 2013.

Ressalta-se que, a pauta de exportações da economia maranhense apresenta concentração elevada nas *commodities* do Complexo Ferro (20,8%), Alumínio (40,0%), grãos – soja, milho e algodão – (32,2%) e ouro (4,2%), que somadas, representaram 97,3% do valor das exportações do Estado em 2013. Deste modo, o Maranhão possui elevada vulnerabilidade às oscilações da economia internacional, principalmente do nível de atividades da China e dos Estados Unidos, por serem os principais importadores das *commodities* produzidas no Estado.

Mesmo com um cenário adverso, o setor da agropecuária registrou resultado positivo em volume no ano de 2013, com o crescimento na atividade da agricultura, pecuária, produção florestal e pesca. A produção de grãos em 2013 foi de 3,021 milhões t, 19,3% maior que no ano anterior.

No setor da indústria, o cenário de redução do preço das *commodities* minerais, impactou negativamente neste setor, principalmente na indústria de transformação, com destaque para a indústria de pelotização e para a fabricação de alumínio, e no extrativismo mineral, destaca-se a extração de ouro. Contudo, a exploração de gás natural, a produção de energia termoelétrica e a indústria de alimentos e bebidas, apresentaram resultados altistas e foram os principais responsáveis para o crescimento deste setor acima dos demais setores da economia em 2013.

Quanto ao setor de serviços, destacam-se dois fatores que impactaram negativamente em 2013: as desonerações implementadas pelo Governo Federal em 2013, que concorreram para a redução das Transferências Constitucionais para os Estados. No caso do Maranhão, o decréscimo real das Transferências Constitucionais foi de 3,8% (R\$ 5,1 bilhões em 2013 contra R\$ 5,2 bilhões em 2012); e a corrosão da massa salarial causada pela inflação no teto da meta em 2013 (só não ultrapassou o teto da meta por causa do represamento dos preços administrados).

Contudo, apesar dos dois fatores contracionistas que incidiram sobre o setor de serviços, a atividade apresentou crescimento real de 3,4% em 2013. No caso das receitas estaduais, a redução das Transferências Constitucionais para o Estado foi compensada pelo crescimento real de 6,1% na arrecadação de ICMS do Estado em 2013, na comparação com o ano anterior. Já os efeitos contracionistas de corrosão da massa salarial, foram superados com a expansão do mercado de trabalho formal no Estado em 2013. A respeito do mercado de trabalho formal, destaca-se que os segmentos do comércio e dos serviços foram os que apresentaram maior dinamismo na composição do estoque dos novos empregos gerados no Maranhão.

Favoreceu ainda, para o crescimento do setor de serviços no ano de 2013, a expansão do crédito e a redução nas taxas de juros, o que impulsionou sobretudo as vendas do comércio varejista.

No que diz respeito ao desempenho do volume de vendas do comércio varejista, o Maranhão apresentou a 5º maior taxa de expansão dentre os 27 Estados da Federação e a 3º no Nordeste, embora com expansão no endividamento das famílias.

### 3 PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

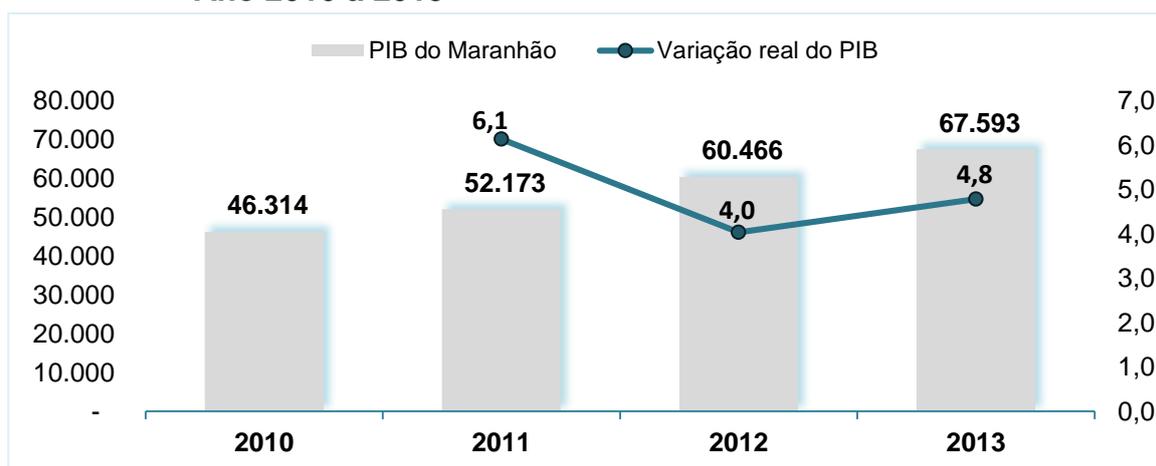
A soma de todas as riquezas produzidas no Maranhão atingiu em 2013 o valor de R\$ 67,593 bilhões, sendo que para os anos anteriores o valor do PIB foi de R\$ 60,466 bilhões em 2012, R\$ 52,173 bilhões em 2011 e R\$ 46,314 bilhões em 2010.

**Tabela 1: Produto Interno Bruto a preços correntes, do Brasil, Nordeste e Maranhão – Ano 2010 a 2013**

Abrangência Geográfica	Produto Interno Bruto a preços correntes (valores em R\$ 1 000 000)			
	2010	2011	2012	2013
<b>Brasil</b>	3.885.847	4.373.658	4.805.913	5.316.455
<b>Nordeste</b>	522.765	583.414	652.259	722.809
<b>Maranhão</b>	46.314	52.173	60.466	67.593

Fonte: IBGE; IMESC

**Gráfico 1: PIB do Maranhão a preço de mercado corrente (em milhões R\$) – Ano 2010 a 2013**



Fonte: IBGE; IMESC

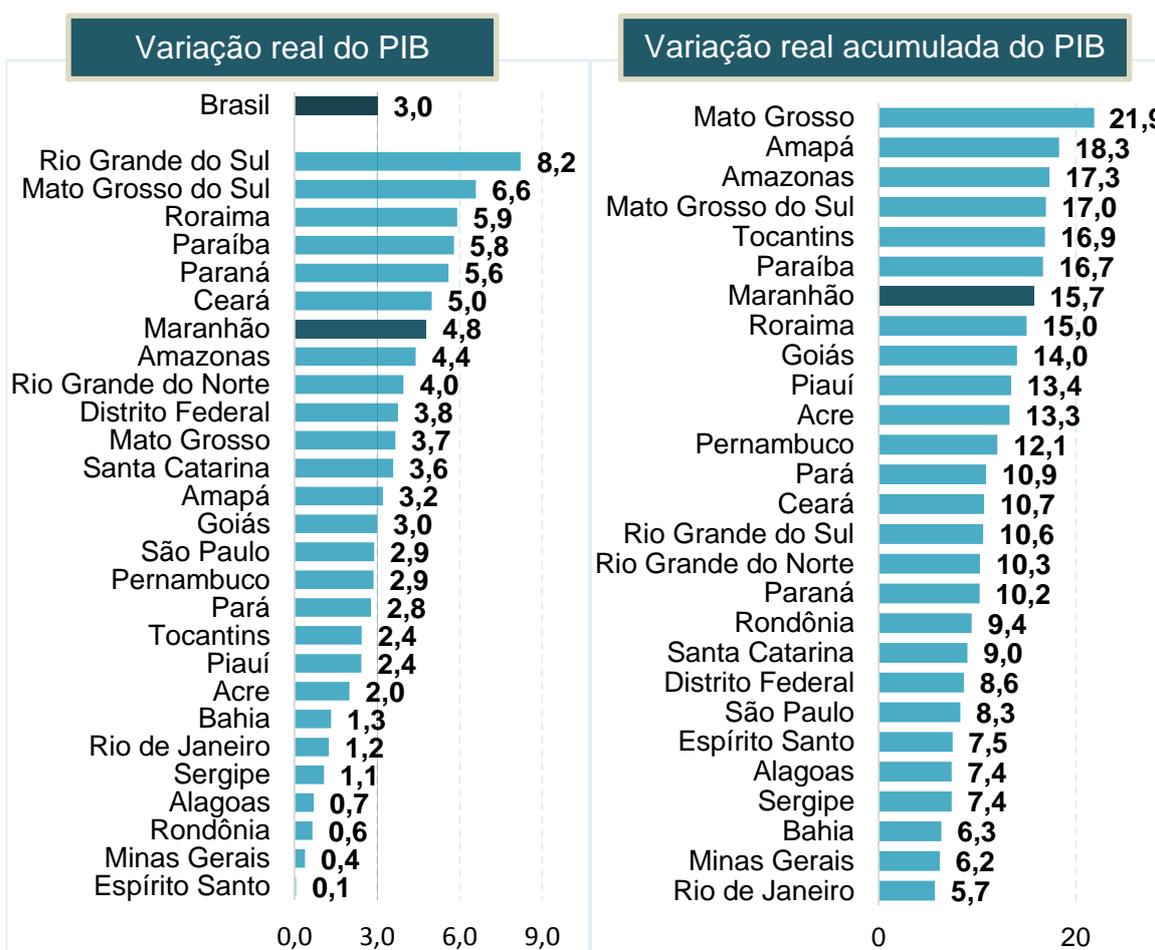
O crescimento nominal de R\$ 7,127 bilhões no PIB do Maranhão de 2013 em relação ao ano anterior, é resultante do crescimento de 4,8% na quantidade bens e serviços finais produzidos por todas as atividades econômicas

no Maranhão, sem as alterações de preços de mercado (índice do volume do PIB) e do crescimento de 6,7% no nível geral de preços dos bens e serviços finais produzidos no Estado (deflator implícito).

Comparando a taxa de variação real do PIB do Estado do Maranhão (4,8%), com a registrada no Brasil e nas demais Unidades da Federação no mesmo período (**Gráfico 2**), verifica-se que o Estado, com crescimento acima do nacional (3,0%), ocupou a sétima colocação em índice de volume do PIB no ano de 2013.

Quanto ao crescimento acumulado de 2010 a 2013, o Maranhão atingiu a 2º posição entre os Estados com maior crescimento do Nordeste e manteve a 7º posição em relação ao país.

**Gráfico 2: Variação real anual do PIB do Brasil e das Unidades da Federação no ano de 2013 e Variação real acumulada do PIB dos anos 2010 a 2013.**



Fonte: IBGE; IMESC

Com relação à participação do Estado no Produto Interno Bruto do Brasil, registrou-se no ano de 2013 uma participação de 1,3%. Para os anos anteriores essa participação foi de: 1,3% em 2012, 1,2% em 2011; 1,2% e em 2010.

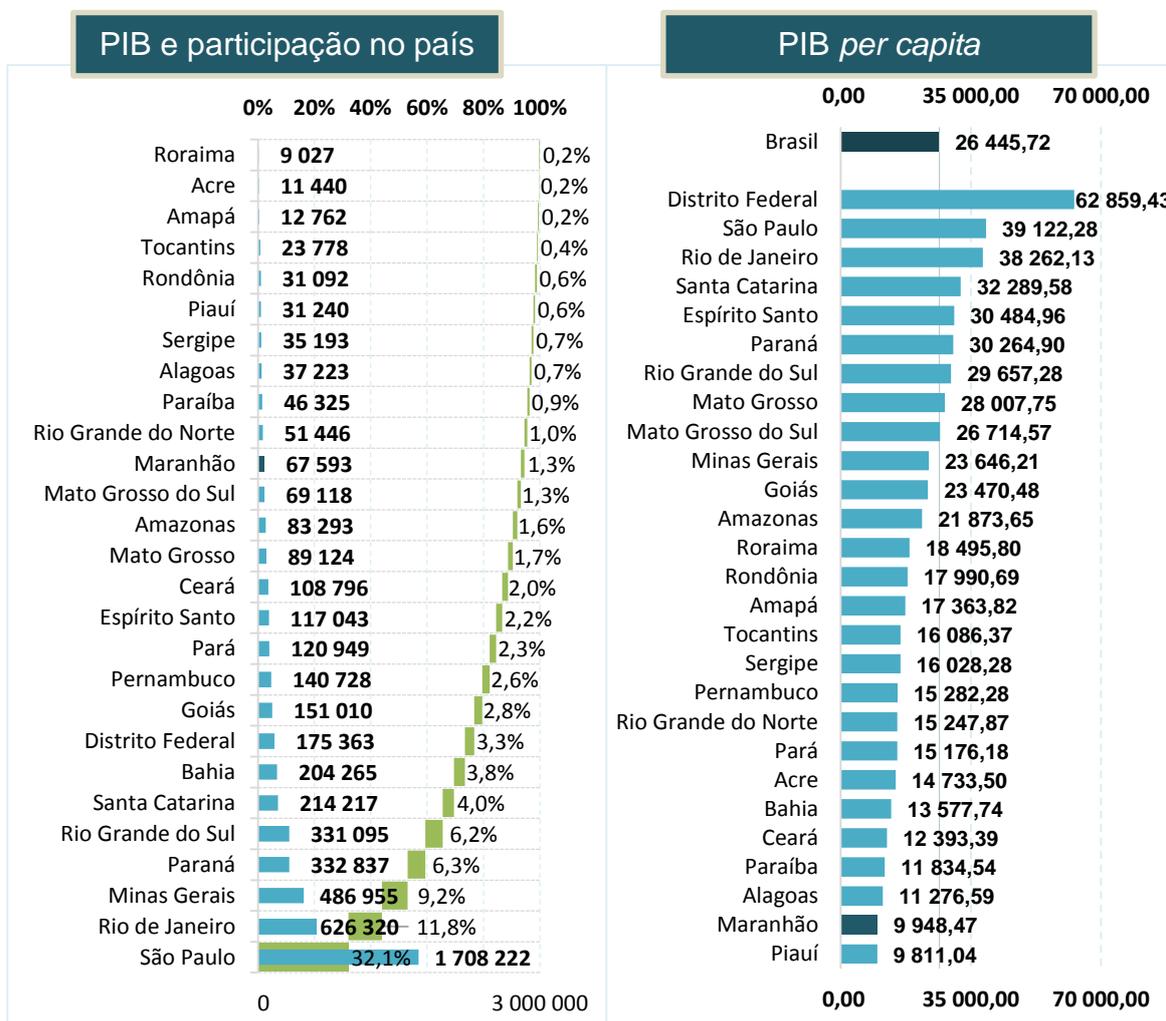
Com o valor do PIB de R\$ 67,593 bilhões em 2013 e variação nominal de R\$ 7,127 bilhões, o Maranhão, em relação ao ano anterior, não apresentou alteração no Ranking do PIB dos Estados, continuando assim, na 17ª colocação.

Esclarece-se que, na base de referência anterior (2002), o Maranhão ocupava a 16ª posição Ranking do PIB dos Estados. A perda de uma posição no ranking do PIB, da série anterior para a atual, foi para o Estado de Mato Grosso do Sul, cujo o principal fator que ocasionou essa mudança, foi a substituição do Censo Agropecuário de 1996 pelo de 2006, no qual atualizou a estrutura de Consumo Intermediário e Valor da Produção dos produtos agrícolas, com destaque para a soja, que possui produção maior em Mato Grosso do Sul em comparação ao Maranhão, e para a Silvicultura, em que a atualização do Censo Agropecuário resultou em menor Valor Adicionado dessa atividade no Maranhão.

Ainda sobre o ranking do PIB, os Estados que ocupam a 16ª colocação (Mato Grosso do Sul) e a 18ª colocação (Rio Grande do Norte), apresentam diferença absoluta em relação ao PIB do Maranhão de R\$ -1,525 bilhões e de R\$ 16,147 bilhões, respectivamente. Dentre os Estados do Nordeste, o Maranhão representou a 4ª posição no Ranking.

Em relação ao peso das Unidades da Federação na composição do PIB do Brasil, destaca-se que apenas três Estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), representam mais da metade (53,1%) do PIB do país, e que os dez menores Estados (Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Piauí, Rondônia, Tocantins, Amapá, Acre, Roraima) produziram apenas 5,4% do PIB do Brasil.

**Gráfico 3: Produto Interno Bruto (em R\$ milhões) das Unidades da Federação (UF), participação das UF no PIB do Brasil e PIB *per capita* (R\$) do Brasil e das Unidades da Federação - 2013**



Fonte: IMESC; IBGE

O PIB *per capita*, no ano de 2013, do Estado do Maranhão alcançou R\$ 9.948,47, o que representa um acréscimo nominal R\$ 942,96 de em relação ao obtido no ano anterior. Comparando a posição do PIB *per capita* no Ranking dos Estados, verifica-se que o Maranhão, na 26ª posição, apresentou PIB *per capita* superior apenas ao do Estado do Piauí, cuja a diferença absoluta é de R\$ 137,43. O PIB *per capita* do Nordeste e do Brasil foram de R\$ 12.954,80 e R\$ 26.445,72, respectivamente.

Destaca-se que a crescimento real do PIB do Maranhão (4,8%) em 2013 foi maior que a taxa de crescimento populacional referente ao mesmo período (1,13%), portanto evidencia-se desenvolvimento econômico no Estado.

Ainda sobre a população, o Maranhão ocupa a 10ª posição no ranking dos Estados, apresentando um contingente populacional residente de 6.794.301 em 2013, o que representa 3,4% dos habitantes residentes no país, portanto, participação maior que a contribuição no PIB do país (1,3%). Com densidade demográfica de 20 habitantes por km<sup>2</sup>, o Maranhão é a Unidade da Federação com o maior percentual de pessoas residentes em áreas rurais (41,8%).

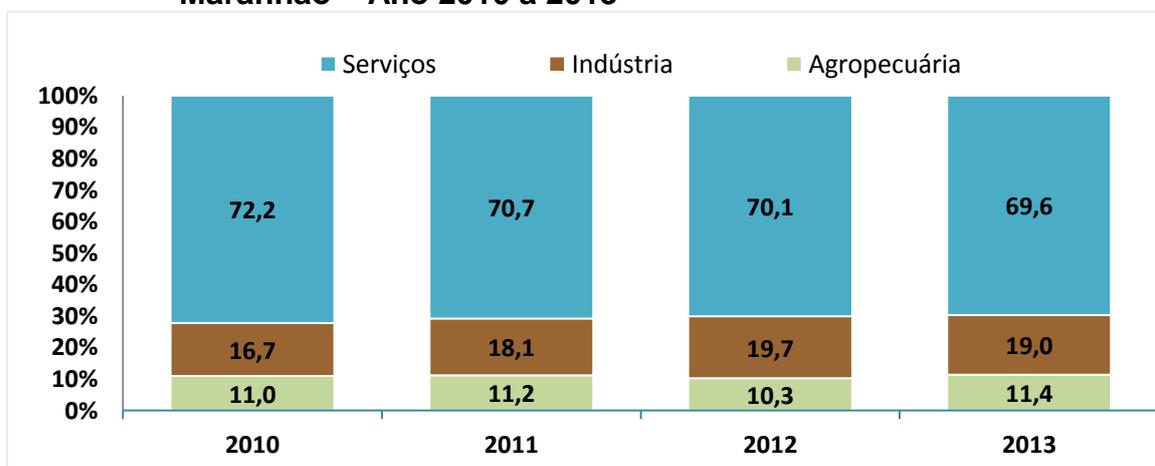
**Tabela 2: População residente e taxa geométrica de crescimento populacional do Brasil, Nordeste e Maranhão – Ano 2010 a 2013**

Abrangência Geográfica	População residente				Taxa geométrica de crescimento populacional (2010-2013)
	2010	2011	2012	2013	
<b>Brasil</b>	190 747 855	192 379 287	193 946 886	201 032 714	1,77
<b>Nordeste</b>	53 078 137	53 501 859	53 907 144	55 794 707	1,68
<b>Maranhão</b>	6 569 683	6 645 761	6 714 314	6 794 301	1,13

Fonte: IBGE; IMESC

A participação da distribuição setorial no Valor Adicionado Bruto do Estado do Maranhão, por atividades econômicas, no ano de 2013, ficou assim distribuída: **Agropecuária 11,4%; Indústria 19,0% e Serviços 69,6%**. Comparando 2013 com o ano anterior, nota-se que o Setor da Agropecuária ganhou participação em detrimento do Setor da Indústria e do Setor de Serviços. Entretanto, confrontando a distribuição setorial do PIB no início da série (2010) com a de 2013, verifica-se que a Indústria foi o setor que mais ganhou participação, saindo de 16,7% para 19,0%, respectivamente.

**Gráfico 4: Participação das Atividades no Valor Adicionado Bruto do Maranhão – Ano 2010 a 2013**



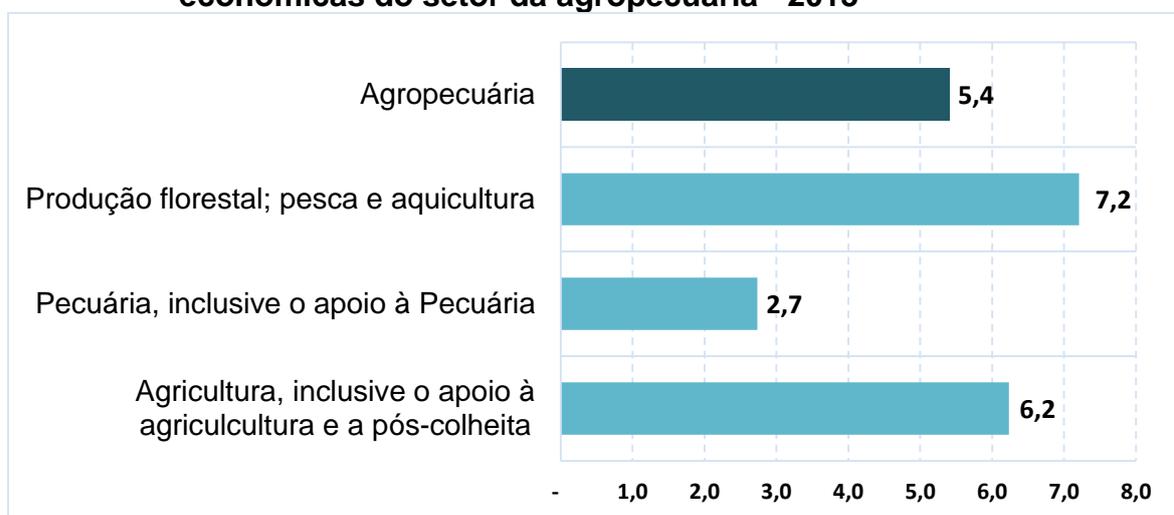
Fonte: IBGE; IMESC

### 3.1 AGROPECUÁRIA

O setor da agropecuária apresentou índice de volume de 5,3% em 2013. O crescimento no volume da Agropecuária em 2013, foi ocasionado, primeiramente pela atividade Exploração vegetal, Pesca e aquicultura, com variação real de 7,2%, seguido da atividade da Agricultura que apresentou crescimento em volume de 6,2%. A atividade econômica da pecuária também apresentou variação real positiva (2,7%) em 2013, destacando-se o efetivo de rebanho bovino.

A Variação positiva do índice de volume no setor da agropecuária, somado ao crescimento de 19,3% no índice geral de preços dos produtos da agropecuária em 2013, resultaram no aumento de participação, desse setor, em 1,1 ponto percentual (p.p.), no Valor Adicionado Bruto a Preço Básico do Estado de 2012 para 2013.

**Gráfico 5: Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da agropecuária - 2013**

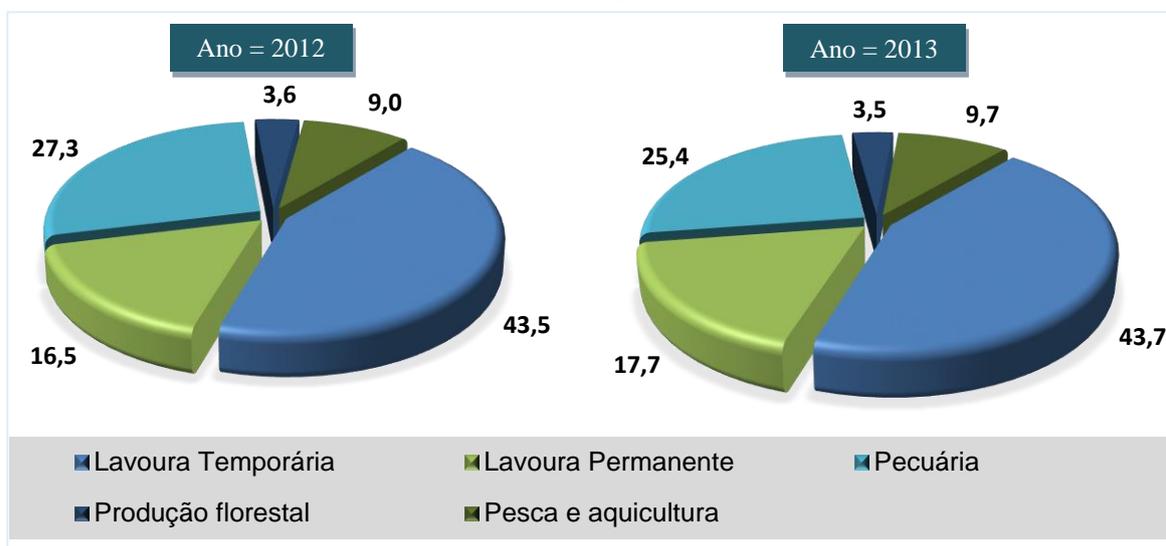


Fonte: IBGE; IMESC

Os pesos das atividades econômicas do setor da agropecuária ficaram assim distribuídos em 2013: Lavoura Temporária 43,7%, Lavoura Permanente 17,7%, Silvicultura/Exploração Florestal 3,5%, Pecuária 25,4% e Pesca e aquicultura 9,7%. Comparando estes resultados com o ano anterior (2012), verifica-se que a Lavoura Permanente apresentou o maior ganho de participação (1,2 p.p.),

em detrimento da pecuária, que foi a atividade que mais perdeu participação (-2,0 p.p.) no VA da agropecuária no Estado.

**Gráfico 6: Peso das atividades no total do Valor Adicionado da Agropecuária no Maranhão – Ano 2012 e 2013**



Fonte: IBGE; IMESC

Atividades econômicas e o respectivo Valor Adicionado Bruto a Preço Básico no **Setor da Agropecuária**:

**Tabela 3: Valor Adicionado Bruto do setor da agropecuária no Maranhão – Ano 2010 a 2013**

Atividades Econômicas	Valor Adicionado Bruto (R\$ milhões)			
	2010	2011	2012	2013
<b>AGROPECUÁRIA</b>	4.538	5.143	5.440	6.838
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2.809	3.104	3.267	4.202
Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária	1.262	1.383	1.487	1.734
Produção florestal; pesca e aquicultura	466	656	685	902

Fonte: IBGE; IMESC

Considerando o **Setor da Agropecuária**, destaca-se os principais fatores que ocasionaram as variações em volume e em participações no Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas do setor.

Na **atividade da agricultura, inclusive o apoio à agricultura** a pós-colheita, o crescimento em volume de 6,2%, foi ocasionado por:

Na Lavoura Temporária maranhense, as atividades de maior peso apresentaram reduções na produção em relação ao ano anterior: soja (-3,6%), mandioca (-13,4%) e cana-de-açúcar (-2,1%). No entanto, o aumento da produção nos cultivos de feijão (23,4%), arroz (9,6%), milho (2,1%) e algodão (0,05%) contribuíram para um melhor resultado da lavoura temporária, compensando a queda das outras culturas. A quantidade produzida do feijão saiu de 34.857 t em 2012 para 42.983 t em 2013. Na cultura do arroz, a produção se elevou de 439.143 t em 2012 para 481.396 t em 2013. No cultivo de milho, a quantidade produzida saiu de 783.491 t em 2012 para 1.321.683 t em 2013. A produção de algodão aumentou de 75.059 t em 2012 para 75.093 t em 2013.

Na Lavoura Permanente, os cultivos mais representativos são: a Banana e Coco-da-baía. Ambos apresentaram redução na produção em 2013, quando comparado ao ano anterior, registrando queda de 4,4% e 2,8%, respectivamente. A quantidade produzida da banana reduziu-se de 107.678 cachos em 2012 para 102.974 em 2013, enquanto a produção de coco-da-baía diminuiu de 8.949 frutos em 2012 para 8.697 frutos em 2013.

Na **pecuária, inclusive o apoio à Pecuária**, o crescimento em volume de 2,7%, foi ocasionado pelos:

Aumentos registrados no efetivo de bovino (1,6%), equino (0,9%) e codornas (78,2%). O número de cabeças bovinas saiu de 7.490.942 em 2012 para 7.611.324 cabeças em 2013. Outro fator que contribuiu para o crescimento da pecuária foi a certificação do Maranhão como Zona Livre da Aftosa com vacinação a partir de setembro de 2013, resultando na elevação de 9,9% no preço da arroba do Boi gordo (saiu de R\$ 89,86 em setembro de 2013 para R\$ 98,80 em dezembro de 2013).

Em relação ao efetivo de equinos no Estado, foram registradas 175.575 cabeças em 2013, ante 173.926 cabeças em 2012. Quanto à criação de codornas, o efetivo aumentou de 14.666 aves em 2012 para 26.137 em 2013.

Na **Produção florestal; pesca e aquicultura**, o crescimento em volume de 7,2%, foi ocasionado pelo:

Aumento na produção da atividade de aquicultura (4,8%), que saiu de 17.006.301 t em 2012 para 17.821.074 t em 2013.

Na atividade de silvicultura, destaca-se o aumento na quantidade produzida do carvão vegetal (44,1%), o qual registrou produção de 449.974 t em 2013 contra 312.296 t em 2012.

### 3.2 INDÚSTRIA

Com crescimento real de 8,9% em 2013, o Setor da Indústria destacou-se pelo maior crescimento em volume dentre os três grandes setores da economia. Com destaque para a atividade econômica SIUP (Produção e/ou Distribuição de Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação), que apresentou variação em volume de 58,8% em 2013. A Indústria de Transformação, com índice de volume de 5,9%, foi a segunda atividade que mais contribuiu para o desempenho positivo do setor e a Construção Civil apresentou crescimento em volume de 0,6% no período em análise.

Já a Indústria da Extrativa Mineral apresentou variação negativa em volume de -26,6% em 2013.

**Gráfico 7: Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da indústria - 2013**

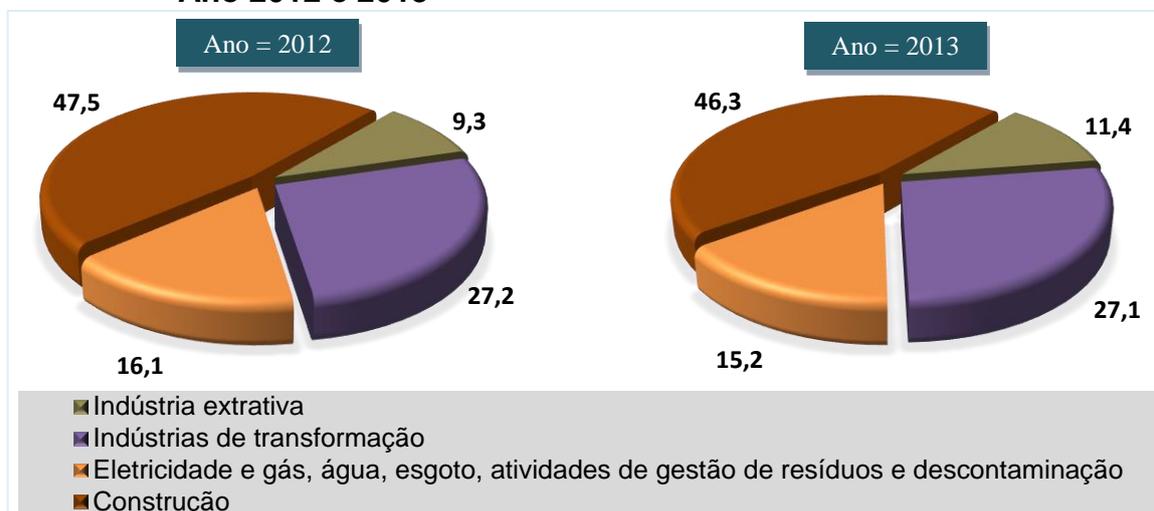


Fonte: IBGE; IMESC

Os pesos das atividades econômicas do Setor da Indústria ficaram assim distribuídos: Indústria de Transformação 27,1%, Construção Civil 46,3%, SIUP 15,2% e a Extrativa Mineral 11,4%. Comparando estes resultados com o ano anterior (2012), verifica-se que a Indústria extrativa apresentou o maior ganho de

participação (2,1 p.p.), em detrimento da Construção, que foi a atividade que mais perdeu participação (-1,2 p.p.) no VA da Indústria no Estado.

**Gráfico 8: Peso das atividades no total do VA da Indústria no Maranhão – Ano 2012 e 2013**



Fonte: IBGE; IMESC

Atividades econômicas e suas respectivas participações no **Setor da Indústria**:

**Tabela 4: Valor Adicionado Bruto do setor da Indústria no Maranhão – Ano 2010 a 2013**

Atividades Econômicas	Valor Adicionado Bruto (R\$ milhões)			
	2010	2011	2012	2013
<b>INDÚSTRIA</b>	6.883	8.304	10.416	11.366
Indústria extrativa	817	1.141	964	1.297
Indústrias de transformação	1.500	1.917	2.830	3.084
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	851	1.109	1.677	1.725
Construção	3.715	4.137	4.945	5.261

Fonte: IBGE; IMESC

Considerando o **Setor da Indústria**, destacam-se os principais fatores que ocasionaram as variações em volume e em participações no Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas do setor.

Na **Indústria Extrativa Mineral**, o crescimento nominal de R\$ 332,42 milhões no Valor Adicionado Bruto dessa atividade, foi ocasionado pela atividade de extração de gás natural, que segundo os dados da Agencia Nacional de Petróleo –ANP, a

produção do Maranhão em 2013 foi de 1.419.659 (mil m<sup>3</sup>). Destaca-se que em 2012, houve a produção de 381 (mil m<sup>3</sup>) no Estado, entretanto, o volume de gás produzido nesse período foi queimado<sup>1</sup>.

Já as atividades de Extração e pelotização de minério de ferro e Extração de minerais metálicos não-ferrosos (com destaque para a extração de ouro), apresentaram baixo desempenho em 2013. No caso da atividade de Extração e pelotização de minério de ferro, houve paralisação da produção no último trimestre de 2012, em consequência da queda no preço da *commodity* no mercado internacional e em 2013 não houve retomada da produção.

A Extração de minerais metálicos não-ferrosos, também foi impactada pela diminuição do preço das *commodities* no mercado internacional. Segundo os dados da Secretaria de Comércio Exterior, a quantidade de Alumínio não ligado em forma bruta exportada pelo Estado, caiu de 70,647 mil t em 2012 para 46,071 mil t em 2013.

As **Indústrias de Transformação**, apresentaram crescimento em volume de 5,9%. Apesar disso, apresentou diminuição na participação do Valor Adicionado Bruto do setor da Indústria do Estado do Maranhão, de 27,2% em 2012 para 27,1% em 2013, em virtude do maior crescimento em VA da Indústria Extrativa. Os principais fatores responsáveis pelas variações na Indústria de Transformação no ano de 2013 foram: A Fabricação de produtos alimentícios e a Fabricação de bebidas possuem elevado peso na composição do VA da Indústria de transformação do Estado e registraram bom desempenho. O bom desempenho dessas indústrias, pode ser confirmado pelos dados obtidos através pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no qual registra um aumento do número de empregos formais de 3.289 em 2012 para 3.658 em 2013, na Fabricação de produtos alimentícios, e de 2.932 em 2012 para 3.203 em 2013, na Fabricação de bebidas.

As atividades Fabricação de calçados e artefatos de couro; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; Fabricação de caminhões, ônibus, carrocerias e reboques e Fabricação de outros equipamentos

---

<sup>1</sup> Os volumes apresentados, referem-se ao gás à temperatura de 20° C e pressão de 1 atm.

de transporte, exceto veículos automotores, são destacadas como atividades que contribuíram positivamente para o crescimento em volume dessa atividade em 2013.

Já a metalurgia, apresentou resultado negativo em 2013 e apesar de possuir elevado peso na Indústria de Transformação, não foi capaz de anular o crescimento das demais indústrias de transformação do Estado.

A **Indústria de produção e Distribuição de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP)**, registrou crescimento real de 58,8% em 2013. Apesar do crescimento, apresentou diminuição na participação do Valor Adicionado Bruto do setor da Indústria do Estado do Maranhão, de 16,1% em 2012 para 15,1% em 2013, em virtude do maior crescimento em VA da Indústria Extrativa. Os principais fatores responsáveis pelas variações nessa atividade em 2013 foram:

A Geração, Transmissão, Distribuição e Consumo de Energia Elétrica foi a atividade que mais cresceu no SIUP, em virtude do início das operações de Termoelétricas em São Luís e em Santo Antônio dos Lopes que ampliaram a capacidade instalada no Estado, considerando somente as Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, de 1.419 MW em 2012 para 2.288 em 2013<sup>2</sup>. No caso da distribuição, os dados da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, mostram que o consumo de energia elétrica no Estado aumentou de 4.773 Gwh em 2012 para 5.206 Gwh em 2013.

As atividades, Água e esgoto e Gestão de resíduos e recuperação de materiais, também apresentaram resultado positivo.

A **Indústria de Construção**, é a atividade de maior peso no setor da Indústria do Maranhão. Apesar do crescimento real de 0,6% em 2013, apresentou diminuição na participação do Valor Adicionado Bruto do setor da Indústria, de 47,5% em 2012 para 46,3% em 2013, em virtude do maior crescimento em VA da Indústria Extrativa. Os principais fatores responsáveis pelas variações nessa atividade em 2013 foram a Construção de edifícios e a Construção das Famílias produtoras.

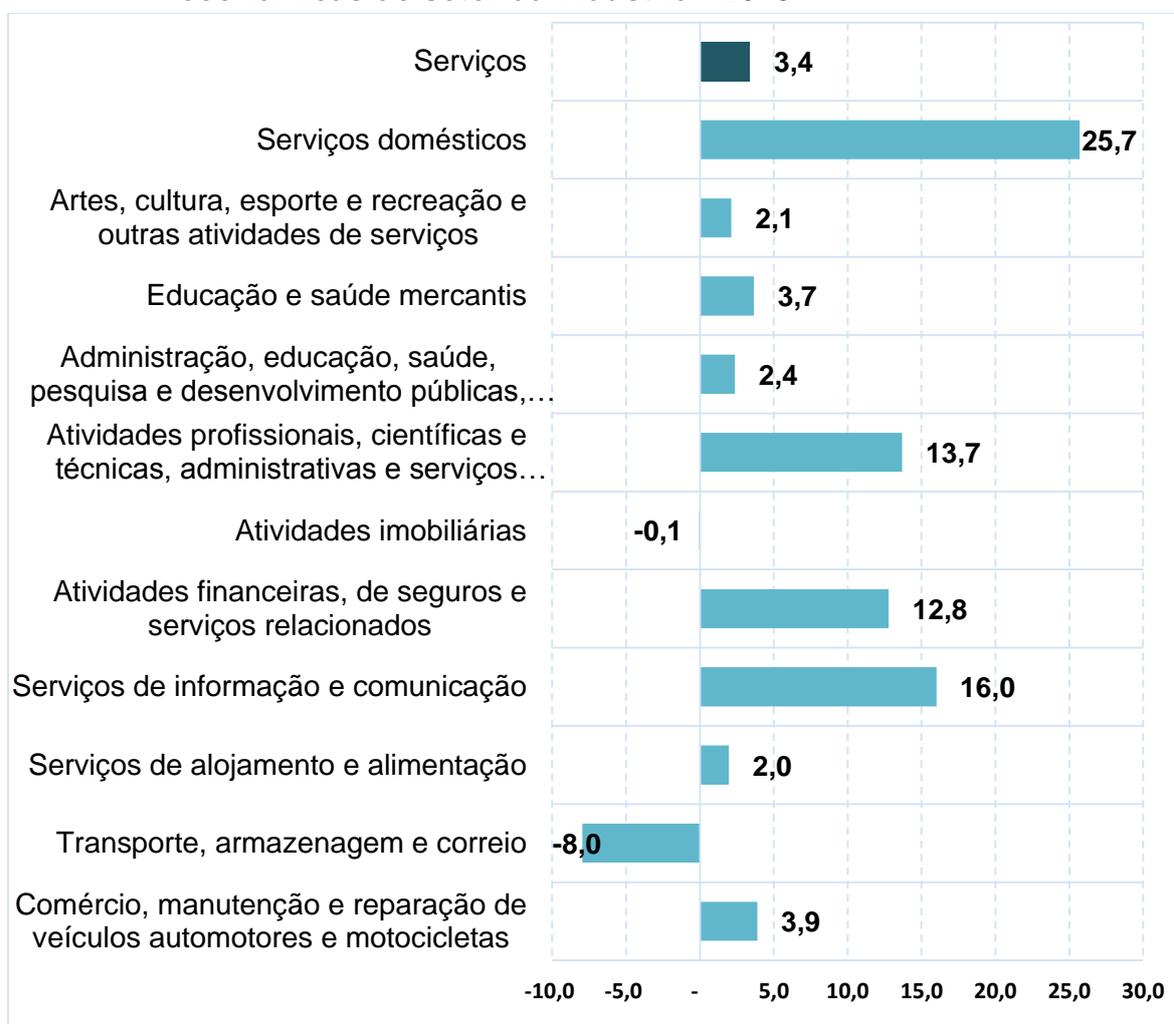
---

<sup>2</sup> Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

### 3.3 SERVIÇOS

O setor de Serviços, com crescimento em volume de 3,9% em 2013, foi o setor que menos cresceu neste período. Em consequência, sua participação no VA total do Estado caiu de 70,1 %, em 2012 para 69,6%, em 2013. Dentre as atividades que compõem o setor, somente Atividades Imobiliárias e Transporte, armazenagem e correio apresentaram índice de volume negativo em 2013 contra 2012.

**Gráfico 9: Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Maranhão, segundo as atividades econômicas do setor da indústria - 2013**

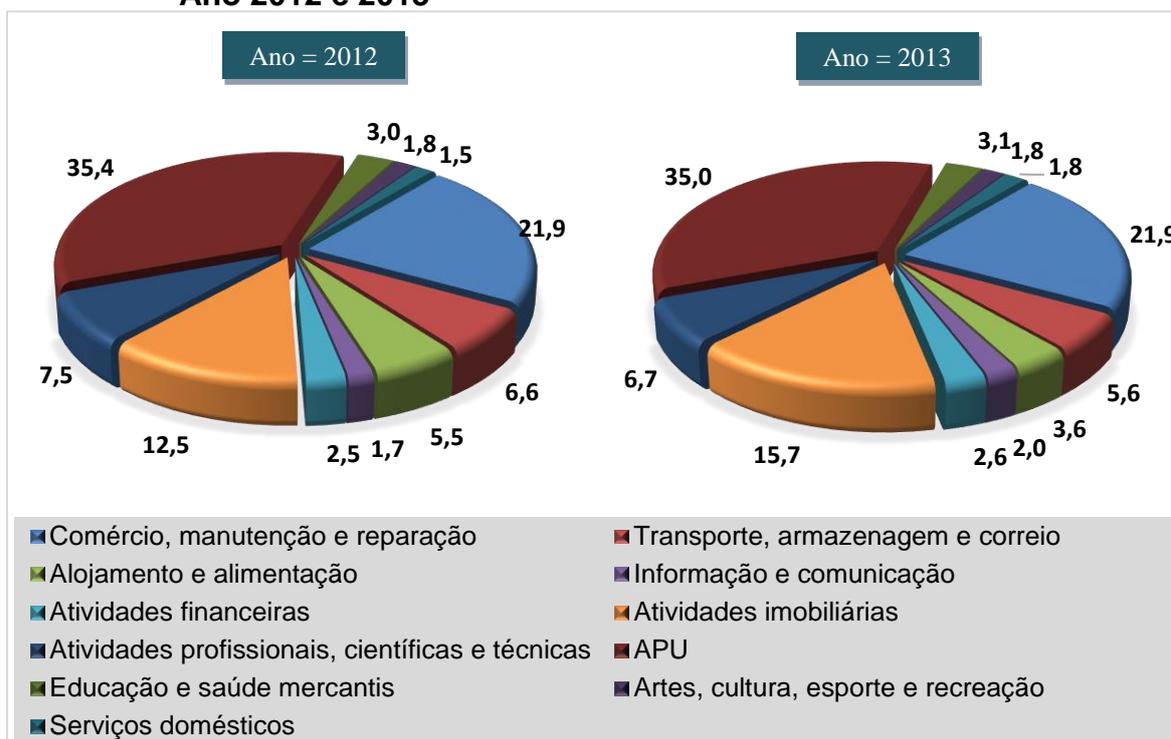


Fonte: IBGE; IMESC

Os pesos das atividades econômicas do Setor da Indústria ficaram assim distribuídos: Comércio e Serviços de Reparação e Manutenção (21,88%), Serviços de Alojamento e Alimentação (3,57%), Transportes, Armazenagem e Correios (5,63%), Serviços de Informação e comunicação (1,98%), Atividades financeiras (2,63%), Artes, cultura, esporte e recreação (1,84%), Atividades profissionais, científicas e técnicas (6,74%), Atividades Imobiliárias e Aluguel (15,75%), Administração, Saúde e Educação Públicas (35,05%), Educação e Saúde Mercantis (3,10%) e Serviços Domésticos (1,83%).

Comparando estes resultados com o ano anterior (2012), verifica-se que a Atividades imobiliárias foi a que apresentou maior ganho de participação (3,8 p.p.), em detrimento, principalmente, dos serviços de Alojamento e alimentação (-1,9 p.p.) e de Transportes, Armazenagem e Correios (-0,9 p.p.), que foram as atividades que mais perderam participação no VA do setor de serviços no Estado.

**Gráfico 10: Peso das atividades no total do VA de Serviços no Maranhão – Ano 2012 e 2013**



Fonte: IBGE; IMESC

Atividades econômicas e suas respectivas participações do **Setor de Serviços**:

**Tabela 5: Valor Adicionado Bruto do setor de Serviços no Maranhão – Ano 2010 a 2013**

Atividades Econômicas	Valor Adicionado Bruto (R\$ milhões)			
	2010	2011	2012	2013
<b>SERVIÇOS</b>	29.694	32.470	37.106	41.721
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	7.192	6.941	8.137	9.130
Transporte, armazenagem e correio	1.843	2.377	2.439	2.348
Serviços de alojamento e alimentação	1.162	1.303	2.049	1.491
Serviços de informação e comunicação	549	600	613	826
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	824	844	944	1.096
Atividades imobiliárias	4.188	4.498	4.642	6.569
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	1.762	2.180	2.800	2.811
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	10.458	11.763	13.148	14.623
Educação e saúde mercantis	745	904	1.126	1.294
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	516	558	664	769
Serviços domésticos	457	500	544	765

Fonte: IBGE; IMESC

O **Setor de Serviços**, considerando suas principais atividades econômicas, apresentou os seguintes crescimentos em volume e participações no Valor Adicionado Bruto:

**Comércio, Manutenção e Reparação:** Apresentou crescimento em volume de 3,9% em 2013 e manteve a participação (21,9%) no Valor Adicionado Bruto do setor de serviços. Um dos fatores que constatam esta expansão na atividade, foi o desempenho do volume de vendas no varejo restrito e ampliado divulgados pelo IBGE, o qual registraram índices de 8,5% e 5,3%, respectivamente;

**Artes, cultura, esporte e recreação:** Apresentou em 2013, crescimento em volume de 2,1% e manteve a participação de 1,8% no Valor Adicionado Bruto do Estado.

**Serviços de Alojamento e Alimentação:** Apresentou em 2013, crescimento em volume de 2,0% e registrou diminuição de 1,9 p.p. na participação do Valor Adicionado Bruto do Estado (saiu de 5,5% em 2012 para 3,6% em 2013). A boa performance dessa atividade, pode ser confirmada pelas informações obtidas através da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a qual registrou aumento de 7,1% no número de empregos formais, que passou de 47.853 em 2012 para 51.235 em 2013;

**Transportes, Armazenagem e Correio:** Apresentou diminuição em volume de 8,0% em 2013 e registrou perda de 1,0% na participação do Valor Adicionado do setor de serviços;

**Serviços de Informação e Comunicação:** Apresentou crescimento em volume de 16,0% em 2013 e registrou ganho de 0,3 pontos percentuais na participação do Valor Adicionado Bruto do Estado (saiu de 1,7% em 2012 para 2,0% em 2013). Tal expansão pode ser constatada através das informações da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL, na qual registrou aumento de 37,5% no número de acessos a telefonia fixa (saindo de 61.143 acessos em 2012 para 84.097 em 2013).

**Atividades Financeiras, Seguros e Previdência Complementar:** Apresentou crescimento em volume de 12,8% em 2013 e registrou aumento de 0,1 p.p. na participação do Valor Adicionado Bruto de serviços (saiu de 2,5% em 2012 para 2,6% em 2013);

**Atividades profissionais, científicas:** Apresentou crescimento em volume de 13,7% em 2013 e registrou diminuição de 0,8 p.p. na participação do Valor Adicionado Bruto de serviços (saiu de 7,5% em 2012 para 6,7% em 2013);

**Atividades Imobiliárias e Aluguel:** Apresentou em 2013 diminuição em volume de 0,1% e registrou aumento de 3,2 p.p. na participação do Estado do Maranhão no Valor Adicionado Bruto de serviços (saiu de 12,5% em 2012 para 15,7% em 2013). O desempenho negativo pode ser confirmado através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD (IBGE), que revelam a queda de 5,2% nos imóveis alugados em 2013 (saiu de 191 mil domicílios particulares permanentes alugados em 2012 para 181 mil em 2013);

**Administração, Saúde e Educação Públicas:** Apresentou em 2013 crescimento em volume de 2,4% e registrou diminuição 0,4 p.p. na participação do Estado do Maranhão no Valor Adicionado Bruto de serviços (saiu de 35,4% em 2012 para 35,0% em 2013).

**Saúde e Educação Mercantis:** Apresentou crescimento em volume de 3,7% em 2013 e registrou aumento de 0,1 p.p. na participação do Estado do Maranhão no Valor Adicionado Bruto de serviços (saiu de 3,0% em 2012 para 3,1 em 2013). O bom desempenho da atividade pode ser confirmado, segundo os dados Secretaria de Educação do Maranhão- SEDUC-MA e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP, pelo aumento de 0,19% no número de matrículas da Educação Básica, que passou de 1,330 milhões de matrículas em 2012 para 1,332 milhões em 2013.

**Serviços Domésticos:** Apresentou aumento em volume de 25,7% em 2013. A boa performance da atividade pode ser confirmada, segundo os dados obtidos a PNAD (IBGE), pelo aumento de 19,9% no número de trabalhadores domésticos em relação ao ano anterior (foram registradas 175 mil pessoas ocupadas em 2013, contra 146 mil de 2012).

## NOTA METODOLÓGICA DAS CONTAS REGIONAIS – REFERÊNCIA 2010

A divulgação da série das Contas Regionais do Brasil – referência 2010 dá continuidade ao projeto de implantação do Sistema de Contas Nacionais – referência 2010. A nova série permitiu a atualização de classificações e conceitos, incorporação de novas fontes de dados e a definição de novas estruturas de referência.

A implantação da série referência 2010, em substituição à série referência 2002, foi facilitada pela manutenção dos marcos de referência dos valores correntes, as pesquisas econômicas estruturais anuais do IBGE (Pesquisa Industrial Anual – Empresa, PIA Empresa, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC, a Pesquisa Anual de Comércio – PAC e a Pesquisa Anual de Serviços – PAS). Entretanto, em relação à série anterior, destacaram-se as seguintes mudanças:

- i) Adoção de nova classificação de atividades integradas com a Classificação de Atividades Econômicas - CNAE 2.0;
- ii) Introdução dos resultados do Censo Agropecuário de 2006, da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008/2009 e da Pesquisa de Inovação (PINTEC) de 2011;
- iii) Utilização dos dados da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIPF);
- iv) Utilização dos dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE;
- v) Aperfeiçoamentos metodológicos: revisão do método de estimação do aluguel imputado, e reclassificação da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS);
- vi) Adoção das recomendações e modificações do manual internacional de Contas Nacionais das Nações Unidas, *System of National Accounts* SNA 2008, em substituição à versão anterior de 1993;
- vii) Implantação do Sistema Integrado de Contas Regionais – SICOR que permite administrar a base dados do sistema com maior segurança.

Para a série referência 2010, a classificação de atividades econômicas passou a incorporar a versão 2.0 da CNAE, que apresenta correspondência com a versão 4 da *Classificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas* - CIUU/ISIC das Nações Unidas. A versão 2.0 da CNAE ampliou as categorias das atividades de serviço, criou categorias específicas para as atividades de meio ambiente e, além disso, passou a considerar a atividade de edição, integrada ou não à impressão, como uma atividade dos serviços e não mais como atividade industrial.

A adoção dos resultados do Censo Agropecuário 2006, em substituição ao Censo Agropecuário 1995-1996, permitiu a atualização das estruturas da agropecuária do país.

Diferentemente do ocorrido na série anterior, a leitura e a extrapolação do Censo Agropecuário 2006 foram realizadas de forma ascendente, por Unidade da Federação, sendo o resultado Brasil a soma das 26 Unidades Federativas mais o Distrito Federal. Portanto, as séries nacional e regional encontram-se plenamente integradas.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009 foi incorporada na conta regional a fim de regionalizar a parcela de autoconstrução da atividade de Construção estimada pela conta nacional. Na série anterior, na conta regional, a atividade de construção somente considerava as informações da PAIC e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD.

Na série referência 2002, as informações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica foram introduzidas de forma a complementar o âmbito do sistema de contas. Na série referência 2010, houve também a incorporação das informações do Imposto de Renda Pessoa Física, especificamente para a atividade de cartório que se encontra incluída nos “Serviços jurídicos, de contabilidade e auditoria” compondo a atividade “Atividades profissionais, científicas e técnicas”.

Outro fator importante foi a introdução da base de dados da Secretaria de Gestão Pública, do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, para a regionalização da despesa de pessoal civil ativo de órgãos do Poder Executivo da esfera federal, juntamente com a base do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, utilizada para a regionalização das despesas da esfera federal em geral. Na série 2002 somente a base do SIAFI era utilizada para regionalização de todos os órgãos da esfera federal.

Dentre as alterações introduzidas pelo manual internacional de contas nacionais - SNA 2008, destaca-se a ampliação da fronteira da formação bruta de capital fixo - FBCF, que passou a considerar como produção todo o gasto com Pesquisa e Desenvolvimento - P&D tendo como destino a FBCF. Em função desta mudança, a partir das estimativas das Contas Nacionais, possibilitou-se estimar a participação da atividade P&D no total do Valor Adicionado - VA, separando-a em P&D público e privado para o Brasil. No caso das Contas Regionais, a princípio, só será estimado o P&D privado, o P&D público será divulgado juntamente com a atividade de Administração, Educação, Saúde e P&D Públicos, Defesa e Seguridade Social, em função da dificuldade da desagregação do P&D Público do total da atividade. A regionalização da estimativa do P&D privada da conta nacional utilizou informação da PINTEC de 2011.

Outra alteração introduzida no Sistema de Contas Nacionais – referência 2010 foi o tratamento das sedes das empresas. Na série anterior as unidades unicamente a serviço da própria empresa não eram contabilizadas como unidade produtiva. Seus gastos eram rateados pelas unidades produtivas da empresa. O novo manual internacional, SNA 2008, recomenda que, quando possível, e no caso de impacto relevante, que essa unidade seja identificada e a ela seja imputada produção de serviços administrativos cujo destino é o consumo intermediário das demais unidades da empresa. Nesta série, referência 2010, este tratamento foi somente realizado para as empresas investigadas pela PIA, uma vez que somente esta pesquisa levanta informações das unidades produtivas das empresas

pertencentes ao seu âmbito. As sedes de empresas industriais foram classificadas na atividade (das contas nacionais) “6980 - Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas”. O resultado deste tratamento foi a redução do valor adicionado bruto da indústria e o aumento correspondente nos serviços.

Para a série referência 2010, a estimativa do aluguel de imóveis imputado, baseada em métodos estatísticos, passou a utilizar o método de calibração e não mais o método de imputação. O processo de imputação parte de regressões que usam, como variáveis explicativas, características do imóvel, de seu setor censitário e da pessoa de referência constante da PNAD. O novo método usa calibração, ou seja, ajusta os pesos amostrais da pesquisa a partir de informações sobre o universo pesquisado<sup>3</sup>.

Outra introdução metodológica da nova série, e que tem impacto nas contas regionais, diz respeito à reclassificação da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), que passou a ser considerado como imposto sobre produto e não mais um imposto sobre a produção<sup>4</sup>. O resultado desta reclassificação foi a redução do valor adicionado bruto e correspondente aumento do valor dos impostos líquido de subsídios sobre produto, entretanto não há impacto no total do Produto Interno Bruto.

Até a série referência 2002, as Contas Regionais incluíam tão somente o cálculo do PIB pela ótica da produção. Nessa ótica, são computadas as produções de cada atividade econômica e o consumo intermediário destas, por unidade da federação. A diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário resulta no valor adicionado bruto das atividades econômicas em cada unidade da federação. O valor adicionado de todas as atividades em cada unidade da federação é somado ao total da arrecadação de impostos líquido de subsídios sobre produtos, resultando no PIB de cada UF.

**Uma das novidades da série das Contas Regionais do Brasil referência 2010 é a divulgação do PIB pela ótica da renda.** Nessa ótica, o PIB corresponde à soma de todos os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços mais os impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e importação.

► PIB (ótica da produção) = o PIB é igual à soma do valor adicionado bruto de todas as atividades (ao valor da produção menos o consumo intermediário) + os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção.

► PIB (ótica da renda) = remuneração dos empregados + rendimento misto bruto + excedente operacional bruto + total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação

Num sistema de contas nacionais o valor adicionado bruto, medido pela diferença entre a produção e o consumo intermediário por atividade, é idêntico à soma dos rendimentos gerados. Em outras palavras:

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes ver nota metodológica nº 06 – Estimativa do aluguel de imóveis. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas\\_2010/06\\_aluguel.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/06_aluguel.pdf)

<sup>4</sup> Para maiores detalhes ver nota metodológica nº 12 – Governo e Administração Pública. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas\\_2010/12\\_governo.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/12_governo.pdf)

VAB= Remuneração dos empregados + Outros impostos sobre a produção + (Rendimento Misto + Excedente Operacional Bruto)

O excedente operacional bruto – EOB e o rendimento misto - RM são medidos por atividade econômica para todas as UFs. A soma deles (RM +EOB) corresponde ao saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações dos empregados e outros impostos sobre a produção (líquidos de subsídios).

A remuneração dos empregados é definida como o total das remunerações, em dinheiro ou em bens e serviços, pagos por uma empresa a um empregado em troca do trabalho realizado por este durante um período contábil. As remunerações compreendem os salários brutos (antes de qualquer dedução para previdência social a cargo dos assalariados ou recolhimento de imposto de renda) e as contribuições sociais incorridas pelos empregadores de forma a gerar benefícios sociais a seus empregados

As contribuições sociais correspondem aos pagamentos, por conta dos empregadores e em nome de seus empregados, aos institutos oficiais de previdência (como, por exemplo, ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FGTS) e às previdências privadas, necessários para garantir o acesso aos benefícios. Incluem, também, as contribuições sociais imputadas que representam os benefícios pagos pela administração pública, por aposentadorias e pensões e outros benefícios previdenciários a seus ex-funcionários (estatutários e militares) e seus dependentes, deduzidos das contribuições sociais efetivas para o Plano de Seguridade Social do servidor público.

As remunerações foram compiladas a partir das informações de salários e contribuições pagas por cada atividade para todas as Unidades da Federação num processo semelhante à mensuração dos componentes do PIB pela ótica da produção. Ou seja, para mensurar o total de remunerações referentes a cada Unidade da Federação foi necessário a conjugação de informações sobre salários e contribuições sociais das pesquisas do IBGE e de registros administrativos. A PAIC, a PIA, a PAC e PAS informaram o valor anual pago de salários brutos, retiradas e outras remunerações para todas as atividades contempladas nas respectivas pesquisas. Registros administrativos, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e Relação Anual de Informações Sociais - RAIS forneceram dados para as empresas cujas atividades estão fora do âmbito das pesquisas econômicas do IBGE. Além disso, foram incorporadas as informações da PNAD sobre os salários sem carteira assinada para todas as atividades de todas as Unidades da Federação, à exceção da agropecuária.

Para as atividades da agropecuária todas variáveis de remuneração foram regionalizadas de forma descendente, isto é, os valores das remunerações por Unidade da Federação, nesta atividade, foram obtidos aplicando a distribuição do valor bruto da produção – VBP agropecuário do Brasil.

Outros impostos sobre a produção, líquidos de subsídios, foram estimados de forma descendente, onde o valor total estimado na conta de produção Brasil é regionalizado, por atividade econômica utilizando como fator de regionalização o VBP por atividade econômica.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Regionais do Brasil: 2002 – 2005. Rio de Janeiro, 2007. (Contas Nacionais n. 21)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2003 – 2006. Rio de Janeiro, 2008. (Contas Nacionais n. 25)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2003 – 2007. Rio de Janeiro, 2009. (Contas Nacionais n. 28)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2004 – 2008. Rio de Janeiro, 2010. (Contas Nacionais n. 32)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2005 – 2009. Rio de Janeiro, 2011. (Contas Nacionais n. 35)

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil: 2010. Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais n. 38)

## GLOSSÁRIO - IBGE

**atividade econômica** Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

**consumo intermediário** Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

**deflator implícito** Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

**impostos sobre a produção e de importação** Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

**impostos sobre produtos** Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

**produto interno bruto** Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção – o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

**remuneração dos empregados** Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais efetivas) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

**rendimento de autônomos** Remuneração pelo trabalho efetuado pelo proprietário de um negócio que não pode ser identificada separadamente do seu rendimento como empresário.

**salários e ordenados** Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

**serviços de intermediação financeira indiretamente medidos** Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

**subsídios à produção** Transferências correntes das administrações públicas destinadas a cobrir *deficit* operacional de empresas privadas ou públicas, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

**território econômico** Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

**unidade residente** Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

**valor adicionado** Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

**variação de estoques** Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

## ANEXO A - Tabelas de Resultados – IBGE

**Tabela 6: Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto *per capita*, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto		População residente (1 000 hab.) (1)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)
	1 000 000 R\$ Preços correntes	Varição real anual (%)		
<b>Brasil</b>	<b>5 316 455</b>	<b>3,0</b>	<b>201 033</b>	<b>26 445,72</b>
<b>NORTE</b>	<b>292 342</b>	<b>3,0</b>	<b>16 983</b>	<b>17 213,30</b>
Rondônia	31 092	0,6	1 728	17 990,69
Acre	11 440	2,0	776	14 733,50
Amazonas	83 293	4,4	3 808	21 873,65
Roraima	9 027	5,9	488	18 495,80
Pará	120 949	2,8	7 970	15 176,18
Amapá	12 762	3,2	735	17 363,82
Tocantins	23 778	2,4	1 478	16 086,37
<b>NORDESTE</b>	<b>722 809</b>	<b>3,0</b>	<b>55 795</b>	<b>12 954,80</b>
Maranhão	67 593	4,8	6 794	9 948,47
Piauí	31 240	2,4	3 184	9 811,04
Ceará	108 796	5,0	8 779	12 393,39
Rio Grande do Norte	51 446	4,0	3 374	15 247,87
Paraíba	46 325	5,8	3 914	11 834,54
Pernambuco	140 728	2,9	9 209	15 282,28
Alagoas	37 223	0,7	3 301	11 276,59
Sergipe	35 193	1,1	2 196	16 028,28
Bahia	204 265	1,3	15 044	13 577,74
<b>SUDESTE</b>	<b>2 938 540</b>	<b>2,0</b>	<b>84 466</b>	<b>34 789,79</b>
Minas Gerais	486 955	0,4	20 593	23 646,21
Espírito Santo	117 043	0,1	3 839	30 484,96
Rio de Janeiro	626 320	1,2	16 369	38 262,13
São Paulo	1 708 222	2,9	43 664	39 122,28
<b>SUL</b>	<b>878 150</b>	<b>6,1</b>	<b>28 796</b>	<b>30 495,79</b>
Paraná	332 837	5,6	10 997	30 264,90
Santa Catarina	214 217	3,6	6 634	32 289,58
Rio Grande do Sul	331 095	8,2	11 164	29 657,28
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>484 615</b>	<b>3,9</b>	<b>14 993</b>	<b>32 322,31</b>
Mato Grosso do Sul	69 118	6,6	2 587	26 714,57
Mato Grosso	89 124	3,7	3 182	28 007,75
Goiás	151 010	3,0	6 434	23 470,48
Distrito Federal	175 363	3,8	2 790	62 859,43

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho de 2008 segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União – TCU em 31.10.2013.

**Tabela 7: Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil – Ano 2010 a 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto							
	Participação (%)				Posição relativa			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
<b>NORTE</b>	<b>5,3</b>	<b>5,5</b>	<b>5,4</b>	<b>5,5</b>	<b>5º</b>	<b>5º</b>	<b>5º</b>	<b>5º</b>
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6	22º	22º	22º	23º
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	25º	26º	26º	26º
Amazonas	1,6	1,6	1,5	1,6	14º	14º	15º	15º
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	27º	27º	27º	27º
Pará	2,1	2,3	2,2	2,3	12º	12º	12º	11º
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	26º	25º	25º	25º
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	24º	24º	24º	24º
<b>NORDESTE</b>	<b>13,5</b>	<b>13,3</b>	<b>13,6</b>	<b>13,6</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	17º	17º	17º	17º
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	23º	23º	23º	22º
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	13º	13º	13º	13º
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0	18º	18º	18º	18º
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9	19º	19º	19º	19º
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6	10º	10º	10º	10º
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	20º	20º	20º	20º
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	21º	21º	21º	21º
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8	6º	7º	7º	7º
<b>SUDESTE</b>	<b>56,1</b>	<b>56,1</b>	<b>55,9</b>	<b>55,3</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>
Minas Gerais	9,0	9,1	9,2	9,2	3º	3º	3º	3º
Espírito Santo	2,2	2,4	2,4	2,2	11º	11º	11º	12º
Rio de Janeiro	11,6	11,7	11,9	11,8	2º	2º	2º	2º
São Paulo	33,3	32,8	32,4	32,1	1º	1º	1º	1º
<b>SUL</b>	<b>16,0</b>	<b>15,9</b>	<b>15,9</b>	<b>16,5</b>	<b>2º</b>	<b>2º</b>	<b>2º</b>	<b>2º</b>
Paraná	5,8	5,9	5,9	6,3	5º	5º	5º	4º
Santa Catarina	4,0	4,0	4,0	4,0	7º	6º	6º	6º
Rio Grande do Sul	6,2	6,1	6,0	6,2	4º	4º	4º	5º
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>9,1</b>	<b>9,1</b>	<b>9,2</b>	<b>9,1</b>	<b>4º</b>	<b>4º</b>	<b>4º</b>	<b>4º</b>
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	1,3	1,3	16º	16º	16º	16º
Mato Grosso	1,5	1,6	1,7	1,7	15º	15º	14º	14º
Goiás	2,7	2,8	2,9	2,8	9º	9º	9º	9º
Distrito Federal	3,7	3,5	3,4	3,3	8º	8º	8º	8º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**Tabela 8: Posição relativa, participação e variação real anual do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil, das Grandes Regiões e das Unidades da Federação – Ano 2010-2013**

Unidades da Federação	Variação real anual do Produto Interno Bruto (%)			Variação real acumulada, entre 2010 e 2013, do Produto Interno Bruto (%)	Posição relativa da variação real acumulada do Produto Interno Bruto
	2011	2012	2013		
<b>NORTE</b>					
Rondônia	5,5	3,1	0,6	9,4	18º
Acre	4,0	6,7	2,0	13,3	11º
Amazonas	10,4	1,8	4,4	17,3	3º
Roraima	3,7	4,7	5,9	15,0	8º
Pará	4,3	3,4	2,8	10,9	13º
Amapá	4,6	9,6	3,2	18,3	2º
Tocantins	8,6	5,1	2,4	16,9	5º
<b>NORDESTE</b>					
Maranhão	6,1	4,0	4,8	15,7	7º
Piauí	5,2	5,3	2,4	13,4	10º
Ceará	3,8	1,6	5,0	10,7	14º
Rio Grande do Norte	5,0	1,0	4,0	10,3	16º
Paraíba	6,3	3,8	5,8	16,7	6º
Pernambuco	4,5	4,2	2,9	12,1	12º
Alagoas	4,8	1,8	0,7	7,4	23º
Sergipe	5,0	1,2	1,1	7,4	24º
Bahia	2,1	2,8	1,3	6,3	25º
<b>SUDESTE</b>					
Minas Gerais	2,4	3,3	0,4	6,2	26º
Espírito Santo	8,1	-0,6	0,1	7,5	22º
Rio de Janeiro	2,5	1,9	1,2	5,7	27º
São Paulo	3,7	1,5	2,9	8,3	21º
<b>SUL</b>					
Paraná	4,5	-0,1	5,6	10,2	17º
Santa Catarina	3,5	1,6	3,6	9,0	19º
Rio Grande do Sul	4,4	-2,1	8,2	10,6	15º
<b>CENTRO-OESTE</b>					
Mato Grosso do Sul	3,5	6,0	6,6	17,0	4º
Mato Grosso	5,9	11,0	3,7	21,9	1º
Goiás	5,9	4,5	3,0	14,0	9º
Distrito Federal	3,7	1,0	3,8	8,6	20º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**Tabela 9: PIB per capita das Grandes Regiões e Estados e razão entre PIB per capita brasileiro e das Unidades da Federação – 2010 a 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>							
	Valor em R\$				Relação UF/Brasil			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
<b>BRASIL</b>	20 371,64	22 734,56	24 779,53	26 445,72				
<b>NORTE</b>	13 041,58	14 979,04	15 857,85	17 213,30	0,64	0,66	0,64	0,65
Rondônia	15 322,00	17 495,77	18 923,75	17 990,69	0,75	0,77	0,76	0,68
Acre	11 385,25	11 998,09	13 346,94	14 733,50	0,56	0,53	0,54	0,56
Amazonas	17 490,23	19 990,87	20 109,91	21 873,65	0,86	0,88	0,81	0,83
Roraima	14 714,41	15 880,55	16 427,50	18 495,80	0,72	0,70	0,66	0,70
Pará	10 875,78	12 842,35	13 707,82	15 176,18	0,53	0,56	0,55	0,57
Amapá	12 320,68	13 759,23	15 935,25	17 363,82	0,60	0,61	0,64	0,66
Tocantins	11 858,96	13 102,78	14 583,94	16 086,37	0,58	0,58	0,59	0,61
<b>NORDESTE</b>	9 848,97	10 904,56	12 099,67	12 954,80	0,48	0,48	0,49	0,49
Maranhão	7 049,63	7 850,58	9 005,51	9 948,47	0,35	0,35	0,36	0,38
Piauí	7 140,47	8 263,02	9 056,89	9 811,04	0,35	0,36	0,37	0,37
Ceará	9 390,62	10 510,94	11 249,65	12 393,39	0,46	0,46	0,45	0,47
Rio Grande do Norte	11 421,48	12 818,51	14 368,62	15 247,87	0,56	0,56	0,58	0,58
Paraíba	8 899,93	9 790,27	11 132,89	11 834,54	0,44	0,43	0,45	0,45
Pernambuco	11 049,07	12 423,82	14 308,99	15 282,28	0,54	0,55	0,58	0,58
Alagoas	8 694,50	10 073,12	10 940,19	11 276,59	0,43	0,44	0,44	0,43
Sergipe	12 769,04	13 930,30	15 537,41	16 028,28	0,63	0,61	0,63	0,61
Bahia	11 012,34	11 817,76	12 858,32	13 577,74	0,54	0,52	0,52	0,51
<b>SUDESTE</b>	27 141,92	30 294,98	32 942,51	34 789,79	1,33	1,33	1,33	1,32
Minas Gerais	17 919,28	20 277,55	22 244,00	23 646,21	0,88	0,89	0,90	0,89
Espírito Santo	24 287,06	29 873,39	32 623,25	30 484,96	1,19	1,31	1,32	1,15
Rio de Janeiro	28 127,45	31 800,33	35 354,38	38 262,13	1,38	1,40	1,43	1,45
São Paulo	31 383,79	34 499,90	37 105,08	39 122,28	1,54	1,52	1,50	1,48
<b>SUL</b>	22 647,46	25 251,38	27 546,04	30 495,79	1,11	1,11	1,11	1,15
Paraná	21 572,72	24 444,97	26 962,78	30 264,90	1,06	1,08	1,09	1,14
Santa Catarina	24 598,11	27 551,89	30 021,49	32 289,58	1,21	1,21	1,21	1,22
Rio Grande do Sul	22 556,67	24 687,22	26 651,76	29 657,28	1,11	1,09	1,08	1,12
<b>CENTRO-OESTE</b>	25 253,47	28 082,27	30 781,99	32 322,31	1,24	1,24	1,24	1,22
Mato Grosso do Sul	19 300,48	22 253,23	24 738,69	26 714,57	0,95	0,98	1,00	1,01
Mato Grosso	18 657,31	22 484,64	25 550,79	28 007,75	0,92	0,99	1,03	1,06
Goiás	17 783,32	19 939,47	22 509,40	23 470,48	0,87	0,88	0,91	0,89
Distrito Federal	56 250,67	59 183,31	61 876,08	62 859,43	2,76	2,60	2,50	2,38

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**Tabela10: Participação das Atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto – Brasil - 2013**

<b>Atividades Econômicas</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Agropecuária	4,8	5,1	4,9	5,3
Agricultura, inclusive o apoio e a pós colheita	3,0	3,3	3,2	3,5
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,4	1,3	1,2	1,4
Produção Florestal e Pesca	0,5	0,5	0,5	0,5
Indústria	27,4	27,2	26,1	24,9
Indústria extrativa	3,3	4,4	4,5	4,2
Indústria de Transformação	15,0	13,9	12,6	12,3
Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,8	2,7	2,5	2,0
Construção	6,3	6,3	6,5	6,4
Serviços	67,8	67,7	69,0	69,8
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	12,6	12,9	13,4	13,5
Transporte, Armazenagem e Correios	4,3	4,5	4,5	4,5
Serviços de Alojamento e Alimentação	2,1	2,2	2,3	2,4
Serviços de informação	3,8	3,7	3,6	3,5
Intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços	6,8	6,3	6,2	5,9
Atividades Imobiliárias	8,3	8,5	8,9	9,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,4	7,6	7,9	8,0
Administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social	16,3	16,1	16,0	16,4
Educação e Saúde Privada	3,0	3,0	3,3	3,3
Artes, cultura, esporte e recreação e outros	1,9	1,8	1,8	1,8
Serviços domésticos	1,2	1,2	1,2	1,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.